

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1196627 - SP (2017/0282029-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

**AGRAVANTE : BRADESCO LEASING S.A ARRENDAMENTO
MERCANTIL**

ADVOGADO : LEO KRAKOWIAK - SP026750

AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PROCURADOR : RICARDO CHERUTI E OUTRO(S) - SP290006

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE INDEFERIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS ANTE A NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. REEXAME DE PROVA (RESP 1.104.900/ES, JULGADO SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC/1973). INCIDENTE, TAMBÉM, A SÚMULA 280/STF, PORQUANTO INVIÁVEL A REAPRECIACÃO DE NORMA LOCAL PELO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRADO INTERNO DA CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Inexiste a alegada violação do art. 535, II do CPC/1973, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido. Na verdade, a questão não foi decidida como objetivava a agravante, uma vez que foi aplicado entendimento diverso. É cediço, no STJ, que o juiz não fica obrigado a se manifestar sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu.

2. O Tribunal de origem consignou que *a retificação do polo passivo não trouxe à lide pessoa jurídica estranha à relação tributária sob exame, tudo levando a crer que referida operação societária (incorporação) foi precedida de estudos e análises realizadas pela agravante e que, por certo, tornaram a relação jurídico-tributária da incorporada (BCN LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL) notória. Não se mostra razoável, concluir, portanto, que a situação que deu ensejo à propositura da demanda executiva não fosse conhecida pela agravante. Assim, admissível exigir que tal situação fosse por ela acompanhada, considerando a obrigação que lhe é imposta pela legislação aplicável.* (fls. 622). Reexaminar essa questão probatória é medida inviável no âmbito do Recurso Especial, por implicar não somente a revalorização dos fatos, mas a sua própria configuração.

3. No tocante à possibilidade de se analisar a interpretação dada ao art. 14 da Lei Municipal Paulista 14.107/2005, incide o óbice da Súmula 280/STF, como bem assinalado pelo *decisum* denegatório, porquanto inviável a reapreciação de norma local no âmbito do STJ.

4. A interposição de Recurso Especial para o Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça requer o primoroso atendimento de requisitos constitucionais de alta definição jurídica; assim, a demonstração da chamada *divergência pretoriana* deve ser comprovada analiticamente e documentada, por meio do cotejo, para se comprovar que a decisão recorrida está em desacordo com precedentes julgados de outros Tribunais, inclusive e especialmente deste STJ (art. 105, III, c, da Carta Magna).

5. No caso, a análise ou a demonstração de tal divergência entre Tribunais não veio manifestada de forma escoreita, precisa, exata e completa, notadamente à falta da necessária identidade fática entre os julgados apresentados como antagônicos.

6. Agravo Interno da Contribuinte a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Benedito Gonçalves. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator